**TRABALHO E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ALVARÃES/AMAZONAS**

Iraci Carvalho Uchoa: UFAM. Irauchoa100@outlook.com

Arminda Rachel Botelho Mourão: UFAM. arachel@uol.com

1. **INTRODUÇÃO**

O Amazonas está entre as 27 unidades federativas do Brasil, sendo o maior Estado em área territorial com aproximadamente “1.559.159.148 km”, é nesta imensidão que se situa o campo amazonense com suas diversidades. As águas dos rios, furos e igarapés no período da cheia, apresentam maior grau de vulnerabilidade para a população, com a aproximação de animais peçonhentos e selvagens como cobras e jacarés, contudo, define uma das categorias centrais do modo produtivo camponês familiar que é a pesca, neste sentido, o período da cheia além de aproximar os territórios, estabelece novas formas de trabalho e novas formas de viver o cotidiano que para Witkoski (2010) é espaço de Terras, Florestas e Águas de Trabalho, ou seja, o campo amazônico.

 O período da seca também se apresenta com as suas especificidades, pois, os lagos secam, e para os sujeitos que tem o peixe como fonte principal de sua alimentação, este é período da escassez. Além do mais, provocam mudanças no itinerário das viagens, contribuindo para que algumas comunidades se isolem das adjacentes. Contudo, a terra para os moradores do campo significa a sua própria existência já que é possível semear, cultivar e colher.

 Neste sentido, as diversidades amazônicas não se esgotam com suas particularidades geográficas, o campo está composto por diferentes povos e com distintas formas de trabalhos. Ali é o território de gente! Gente que trabalha com a terra e com as águas, delas retiram o necessário para a vivência no campo; campo que se contrapõem ao território dos grandes latifundiários, ou seja, o campo visto pelo viés da agricultura familiar camponesa.

E que historicamente é marcado por lutas e tensões entre o Estado provedor dos benefícios dominantes, e o pequeno trabalhador desprovido de interesse político, uma relação desleal que favorece o interesse do Grande do Capital. É válido salientar que por uma imposição de trabalho assalariado nas fábricas, a classe dominante submeteu o campo à cidade.

Campo desprezado pelo Estado, já que a falta de políticas sociais condizentes com a realidade do trabalhador é evidente na sociedade, visto que o mesmo produz, mas carece de políticas de escoamento para as suas produções, ainda se vê diante da cultura burguesa que afirma que o campo é lugar de gente “preguiçosa”, um discurso imperialista que induz a pensar que o “melhor” estar nas cidades, contudo o que está por trás dos discursos são a ganância e disputas por terras.

Em virtude do espaço geográfico se mascara a educação dos sujeitos do campo com uma política de educação urbanocentrica, realizada não pelos indivíduos concretos, mas para o campo, como se a tendência nos próximos anos seja o desaparecimento dos povos tradicionais, ou seja, a migração do campo para a cidade, fato, gerador do exército de reserva - mão de obra barata - em detrimento ao ganho do capital.

 A retirada dos sujeitos do campo para a cidade se dá numa condição de imposição, pois o Estado não oferece meios para que os mesmos permaneçam nos lugares onde vivem. Exemplo é a ausência de políticas de escoamentos das produções que são cultivadas nos períodos das cheias e secas. Não se pretende romantizar a lida no campo, muito menos pretende cobrir o descaso do Estado com os povos que ali vivem; povos que construíram historicamente sua cultura que além de envolver o trabalho, revela laços permanentes com a terra, com as florestas e com as águas.

Este artigo integra a pesquisa em andamento sobre o título Trabalho e Educação do/no Campo um estudo na comunidade camponesa do Médio Rio Solimões, cujo objetivo geral é analisar como as categorias supramencionadas se relacionam. Nesta propositura os eixos articuladores deste artigo são: a) A história do município; b) O trabalho no contexto amazônico: aspectos produtivos regionais, c) Agricultura familiar camponesa: Existência e NÃO subsistência, d) Panorama da Educação do Campo no município: Avanços ou retrocessos?

Kosik (1961, p.13), salienta que o homem é “um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens”. É neste cenário, que se explana sobre o trabalho e educação do campo, a partir do entendimento que a divisão do trabalho implica a contradição entre o interesse do indivíduo isolado ou da família isolada e o interesse coletivo de todos os indivíduos que mantêm relações entre si; [...] (MARX E ENGELS, 2007 p. 28).

1. **O CONTEXTO DO MUNICÍPIO**

Alvarães localiza-se a (531 km) quinhentos e trinta um quilômetro da cidade de Manaus. Segundo o Plano Diretor do Município, sua área territorial é de aproximadamente (5.923km) cinco mil, novecentos e vinte três quilômetros, representando (3.764%) três mil setecentos e sessenta e quatro por cento da área do Estado do Amazonas; (1.534%) mil quinhentos e trinta e quatro por cento da Região Norte brasileira.

Do total de (5.923km) cinco mil, novecentos e vinte três quilômetros quadrado do município, (1.873km) mil oitocentos e setenta e três estão em perímetro urbano, indicando que quase 70% do território formam o espaço do campo, é válido salientar que o Rio Solimões, o Lago de Tefé e o Lago de Alvarães dividem a área territorial que se limita aos municípios de Uarini, Tefé, Juruá e Maraã.

 O trajeto de Manaus a Alvarães, realizado por via fluvial em época de cheia, perdura aproximadamente, três dias de viagem, sendo que o itinerário muda de acordo com o ciclo da natureza, para Witkoski (2010, p. 484), “a quantidade de horas navegadas no rio Solimões/Amazonas depende das estações climáticas e nível das águas”, ressalta-se que além das diversidades amazônicas, o percurso por via fluvial, depende também da potência do motor. Não é possível, o transporte aéreo, pois o município não possui pista de pouso e depende do aeroporto de Tefé.

O percurso por via aérea é descrito da seguinte forma: a) avião do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes com destino ao Aeroporto Regional de Tefé, b) Catraia[[1]](#footnote-1) do Porto de Tefé com destino a Praia de Nogueira, e, c) Táxi da Praia de Nogueira a cidade de Alvarães. É importante destacar que o trajeto supracitado, refere-se apenas uma das possibilidades de acesso ao município, sendo que os deslocamentos são possíveis por via fluvial com itinerário: Manaus/Alvarães, ou por via aérea/fluvial: Manaus/Tefé/Alvarães.

Contudo, as anotações do caderno de campo (2016), indicam que o percurso mais rápido de acesso à cidade, se faz pelo trajeto aéreo/fluvial: Manaus/Tefé/Praia de Nogueira/Alvarães, pois de Nogueira a Alvarães o itinerário é realizado mediante ao transporte terrestre, que podem ser: carro particular, mototáxi e táxi para os visitantes, sendo que a população local realiza o percurso de diversas formas, tais como: a bicicleta, o caminhão, a caçamba ou pau de arara. O que liga a praia de Nogueira à Alvarães é a estrada cujo nome é Nogueira e tem a extensão territorial de 15 km.

É ali, o início, o fim e o recomeço, onde se apresentam mediações e contradições que historicamente foram construídas na relação trabalho – homem – natureza, seu espaço modificado, suas tecnologias aprimoradas, suas técnicas e saberes passados de geração a geração foram esquecidos e relembrados, possibilitando a coexistência e caracterização de uma pequena parte do território amazônico, chamado Alvarães.

1. **AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA: EXISTÊNCIA E NÃO SUBSISTÊNCIA**

A produção agrícola no território do município é realizada pelo viés da agricultura familiar camponesa. O camponês desenvolve suas produções nas águas, nas terras e nas florestas, cuja função, é a existência da população local de limitado impacto ao meio ambiente, uma vez que “há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais, o que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais que passam de geração a geração” (WITKOSKI, 2010, p.163).

Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial /INPE – 2008, a bacia hidrográfica do município é de 141.26 km, significa dizer que de 5.911.52 km, quase 30% correspondem à base permanente de água; evidenciando-a como um dos meios de produções da vida no campo, já que possibilita o manejo de peixes para comercialização e alimentação das populações locais.

A terra de várzea durante a seca é para os avareenses o local que favorece o cultivo de suas produções da lavoura temporária, é acima de tudo o começo e o recomeço da agricultura familiar, pois é o momento de preparar a terra para receber as sementes que serão cultivadas nos períodos que antecedem o momento da colheita, que na maioria das vezes, precisa ser antecipada decorrente dos fenômenos climáticos que ocorrem na região entre os meses de maio e agosto, a enchente; e com relação ao regime de inundação, as várzeas da Amazônia brasileira formam-se sobre influência da enchente/cheia e vazante/ (IBDEM, 2010, p.115).

O trecho da fala de João Batista da Silva de 55 anos, agricultor, pescador e morador do território do município desde a primeira infância, sinalizam as contradições da “dialética da natureza”.

*[...] A enchente é boa, mas é ruim também pra nós. É boa porque a gente chega aos lugar mais rápido, a gente usa os furos pra chegar mais rápido nas comunidades e também em outras cidades né. É bom pra meninada que pula n´água direto da varanda.* ***Tem terra que fica uma beleza pra plantar e a gente planta.*** *Mas a cheia não é muito boa para a plantação. A gente planta a melancia e a mandioca. A melancia dá mais rápido que a mandioca e às vezes a gente colhe toda a plantação. Agora a mandioca, tem vez que a gente não tira a metade do que planta, aí muita coisa vai pro fundo, é muito triste pra nós. A melancia a gente quando tira, deixa na beira do barranco, pro barco levar pra vender na cidade, tem vez que nem da tempo de o barco pegar , a cheia chega e leva embora a plantação [...].****(Grifo meu)***

A agricultura familiar camponesa se contrapõe ao Modo de Produção Capitalista, visto a precarização ou mesmo inexistência das políticas públicas, já que a fala acima sinaliza ineficiência de projetos que favoreça os interesses dos trabalhadores camponeses locais, tanto para colher como para escoar suas produções. Para Meireles (2014, p. 55), isso se deve ao fato de que “a agricultura familiar camponesa se contrapõe ao pensamento burocrático, aos padrões formalizados e à lógica industrial”. Freitas (2009, p. 22), corrobora com Meireles, quando afirma que “o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia criou os problemas regionais, o subdesenvolvimento econômico e sociocultural, inventaram a pobreza e a dependência, além de instituírem a desigualdade estrutural e federativa, de classes e povos”.

 Ou seja, a condição de “esquecimento” no que concernem as políticas públicas pelo qual o pequeno agricultor camponês é submetido, nada mais é do que o reflexo do Modo de Produção Capitalista, excludente e controlador que favorece o campo do agronegócio. É importante destacar que a “expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

A várzea representa a materialização “dialética da natureza”, já que a descida e subida das águas significa a dinâmica do plantar, cultivar e colher. É o território de várzea que condensa no município o “*lócus*” dos sujeitos camponeses. Destarte, estar emaranhado entre tempo e território no qual as relações de trabalhos são construídas em um processo histórico e dialético, em que o homem se constitui na relação com os outros homens e com a natureza mediatizado pelas contradições que emanam as relações de trabalho, bem como os seus processos produtivos dos quais englobam os agricultores que trabalham na perspectiva da agricultura familiar camponesa produzindo a sua existência no Modo de Produção Capitalista.

Para Fraxe (2011, p. 37), “existem diversidades de solos de várzeas”, e essas diversidades influenciam nos processos produtivos do camponês de Alvarães, visto que o calendário de trabalho no campo difere do calendário dos centros urbanos, decorrente do percurso da natureza. Corroborando com Fraxe (2011), Silva (2016, p. 28) afirma que:

Acessar o labirinto da Amazônia contemporânea é presenciar grandes infinidades de rios, terras e florestas que descortinam no horizonte, em que essas paisagens naturais ou culturais são espécie de grande telhado que protege os *ecos* e, ao mesmo tempo alimenta a vida de seres que coabitam nas infinidades de florestas e de rios na Amazônia há milhares de anos, onde as estradas são, em verdade, os sinuosos rios, os furos, os paranás, os igarapés e os lagos que conduzem as populações humanas, a cada seis meses do ano, quando ocorrem mudanças provenientes da subida e descida das águas em boa parte da região.

Assim, o calendário hidrológico dos rios Solimões/Amazonas, elaborado pela pesquisadora a partir do quadro apresentado com os dados da pesquisa de campo de Witkoski no ano de 2000 sobre Terras, Florestas e Águas de Trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais; evidenciam a subida e descida das águas em boa parte da região do Solimões.

Figura 1: Imagem 1: Calendário hidrológico do Solimões/Amazonas

Fonte:(WITKOSKI, 2010 p. 116).

Para o camponês de Alvarães o período da cheia se apresenta de modo diversificado, uma vez que segundo o agricultor e pescador da região de 55 anos João Batista da Silva em diálogo com a pesquisadora (2016), “pelo cantar dos pássaros e pelas as espécies de aves que se aproximavam da praia, perto de onde a gente morava, o meu pai sabia quanto tempo ia durar a alagação, e a gente se preparava para a plantação, hoje muita coisa mudou, e muita coisa acontece fora de época”, ou seja, os camponeses não podem prever ao certo, a quantidade de tempo que perdurarão os fenômenos da natureza.

Neste cenário, um dos meios para elaborar o calendário de trabalho no campo, era e continua sendo traçado pelos sinais provenientes da natureza. Contudo, a interferência do homem no sentido de degradar os recursos naturais em detrimento de seu bem-estar, tem afetado os modos e os costumes de vida das populações tradicionais, visto que o campo se constitui como um espaço dos processos produtivos e das relações sociais de trabalho.

É reconhecendo a relevância dos elementos produtivos para as populações locais, como fatores de existência camponesa que se propôs a evidenciar os principais aspectos produtivos regionais, conforme mostra o gráfico à abaixo:

Figura 2: Gráfico 1: Principais atividades produtivas de Alvarães.

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM (2016).

Diante dos dados, percebe-se que no município 718 famílias plantam por ano 1.228,00 hectares de terras e que geram aproximadamente 1.408,20 toneladas de farinha. O açaí cultivado no qual a semente é proveniente do Estado do Pará é produzido por 11 famílias em 13,50 hectares e gera por ano 1.560 sacas de 50 kg. O açaí nativo regional tem expressiva relevância na produção local, pois gera 1.596, sacas de 50 kg. Já a pesca artesanal, tem aproximadamente 571 criadores e apresentam-se com 14,20 toneladas produzidas anualmente.

Os dados do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (2016) corroboram com a pesquisa quando demonstram: mesmo sendo a produção de açaí nativo maior em percentual de produtividade, o maior grupo de trabalhadores encontram-se na produção do cultivo da mandioca e apresenta quantidade expressiva comparada as demais atividades produtivas que geram renda e existência para a população local.

Neste sentido, as suas produções tem como principal objetivo o consumo e a comercialização, uma vez que nem tudo o camponês produz, como por exemplo, alguns instrumentos de seus trabalhos que são: o motor rabeta, forno para torrar a massa da farinha de mandioca, a linha para elaboração da tarrafa entre outros, que na perspectiva de Christoffoli (2012, p 74), tal fato tem importância histórica [...], pois os produtos feitos pela indústria eram mais baratos e de qualidade e padronização superiores (ferramentas de trabalho e roupas, por exemplo).

Neste sentido, os agricultores deixaram de produzi-los em suas casas ou nas vilas rurais, o que resultou na formação de excedentes insustentáveis de força de trabalho nas unidades camponesas e que para Marx (2010, p. 401) são “valores de uso já que ninguém trocará um produto útil por aquele que não tem utilidade para ninguém”, “ocorre, portanto, uma dependência recíproca dos valores de uso – campo/cidade acabando por impor ao camponês sua ida ao mercado” (WITKOSKI, 2010, p. 386).

É importante pincelar que no município a pecuária estar em processo de desenvolvimento no qual a criação de bovinos e suínos apresenta-se como fonte de alimentação para a população local. A pesca exerce regular representação econômica, tendo em vista a eventual comercialização do pescado, que na maioria das vezes é realizada por grandes barcos de pesca que segundo o Plano Diretor do Município (2015) compram o pescado do camponês e exportam para a Colômbia.

 Aqui está sendo evidenciado apenas um trecho do território amazônico que se apresenta com as suas particularidades e singularidades. Como já mencionado neste estudo, existem o tempo de semear, plantar e colher, períodos que são conduzidos pelos percursos da natureza, ou seja, o tempo da agricultura familiar camponesa que é caracterizada por dar centralidade ao trabalho da família, pois é ela que desenha e maneja o ecossistema (MONTEIRO, 2012, p. 70).

Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estatística – IBGE em Alvarães a agricultura familiar é definida pelas lavouras permanentes e lavouras temporárias, a primeira é produzida em áreas de terra firme que dificilmente é atingida pela enchente, a segunda é caracterizada pelos produtos cultivados em áreas de várzea, com alto índice de alagação. Assim sendo, a economia do município tem a agricultura como parte relevante, no qual apresenta a mandioca como principal atividade econômica, contudo, ressalta-se que o mesmo agricultor que cultiva a mandioca, é o que também, planta o milho, a melancia, e o abacate, produtos que são vendidos e consumidos pela população local.

Para o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas e o IBGE (2016) a principal atividade desenvolvida em Alvarães é a agricultura familiar camponesa, tendo a cultura da mandioca, como já supramencionando a maior relevância para as populações locais. O campo da agricultura camponesa é campo das “múltiplas funções e da reciprocidade” apresentam-se neste emaranhado, o cultivo da banana, do abacaxi, do cacau, do coco, da laranja, da melancia, do mamão, do maracujá, do milho e do açaí como parte fundante da existência do sujeito camponês, é neste sentido que apresenta o trabalho no campo como modo de existência e não subsistência, uma vez que mesmo com todas as contradições, o homem do campo produz para existir.

1. **A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS: ATORES COADJUVAN-TES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

 São diversos os desafios enfrentados pelas populações do campo de Alvarães, de magnitude que se compara apenas ao tamanho das diversidades territoriais, dilemas principalmente no que concernem as políticas públicas, fora que os mesmos são vítimas de ataques de “piratas[[2]](#footnote-2)”, é à distância de um território ao outro que na época da seca isolam as comunidades, é o temporal amazônico que atingem canoas carregada das produções, ou seja, é uma imensidão de dilemas.

 Os piratas estão cada dia mais presente nos entornos das comunidades de Alvarães*.* Para Maria Raimunda, 37 anos, agricultora, artesã e moradora do município “hoje, não pode mais deixar nada de valor na beira do porto, até mesmo o plantio, quando a gente colhe, se não ficar de olho eles roubam tudo”. Os piratas na maioria das vezes não são identificados ou reconhecidos pelos moradores, estes os acusam de ataques e roubos a barcos que trafegam aquela região.

É um movimento constante de lutas pelo direito a trabalhar e a perpetuar sua cultura e seus costumes de geração a geração. É um nicho de fatores que se apresentam ao homem camponês, inclusive, falta de transporte para os escoamentos das produções, visto que segundo Marx (1982, p. 94), “não é com seus pés que as mercadorias vão aos mercados, nem se trocam por decisão própria. Temos, portanto, de procurar seus responsáveis”, portanto, pressupõem evidenciar o processo de comercialização do trabalho camponês, haja vista, que embora o camponês produza para a sua existência “necessitam de valores de usos que não conseguem produzir e recorrem ao mercado para obtê-los, através da troca dos bens que produzem” (WITKOSKI, 2007, p. 385).

Os produtos cultivados são comercializados pelos trabalhadores geralmente na feira de Alvarães, direto para o consumidor final ou para comerciantes da cidade do município, quando os mesmos conseguem recursos para realização do transporte. O transporte é realizado por conta própria, no qual o mais utilizado são as chalanas ou canoas ambos motorizados. Contudo, a maiorias dos produtores pagam aos proprietários de barcos para que seus produtos sejam transportados. Uma das dificuldades do produtor, que é válido salientar é o valor do combustível que no campo do município dependendo da distância da comunidade, chega a custar (8,00 R$) oito reais o litro da gasolina, e que muitas vezes a inexistência do produto é constante.

Neste cenário, o camponês se ver diante da inevitável necessidade de comercializar seus produtos por meio da figura do atravessador. E na tentativa de não perder suas produções, seja por necessidade de retornar a sua comunidade, ou por carência de recursos para chegar à feira do município, recorre ao atravessador que chega a impor os valores dos produtos desrespeitando e desvalorizando o trabalho camponês, e, este por receio de perder a sua produção, acaba por se sujeitar as imposições destes agentes de comercialização.

De acordo com as anotações do caderno de campo (2016), o atravessador chega a comprar o kg da farinha d água na época da safra, por R$ 1,50 centavos, o mesmo revende na cidade de Alvarães e Tefé pelo preço três vezes maior do que o valor comprado. Interessante destacar também, que muitos agricultores nem chegam à feira para comercializar seus produtos. A comercialização ocorre quando o mesmo atraca sua canoa à beira do porto de Alvarães, ali as frutas e peixes são expostos à figura de diversos compradores, inclusive os próprios feirantes da cidade e viajantes que percorrem o trecho Alvarães – Uarini – Maraã.

Segundo os dados do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas/ IDAM, do total de 72 comunidades camponesas em Alvarães, apenas 16 comunidades são atendidas pelo serviço de Assistência Técnica Rural, dentre as quais estão: comunidade São Raimundo Jarauá (11 famílias beneficiadas), comunidade Tapira (7 famílias beneficiadas), comunidade Santa Luzia do Catuiri (15 famílias beneficiadas), comunidade Canariá (17 famílias beneficiadas), comunidade Santa Helena do Ice (10 famílias beneficiadas), comunidade São Raimundo de Baixo (16 famílias beneficiadas), comunidade Assunção (15 famílias beneficiadas), comunidade Juruamã (10 famílias beneficiadas), comunidade Laranjal (11 famílias beneficiadas), comunidade Porto Nazaré (16 famílias beneficiadas), comunidade São Rafael (7famílias beneficiadas), comunidade Jurupari (14 famílias beneficiadas), comunidade São Joaquim do Ice (9 famílias beneficiadas), comunidade Marajaí (13 famílias beneficiadas) comunidade Nogueira (21 famílias beneficiadas) e por fim, a comunidade Macedônia com (8 famílias beneficiadas).

 Diante do exposto, a falta de uma assistência técnica que fortaleça o cultivo, a organização da classe trabalhadora e a aquisição de equipamentos/maquinários o que se tem como resultados não são suficientes ao atendimento da população local, sendo produtos como arroz e feijão importados das cidades como, por exemplo, Tefé e Manaus.

1. **PANORAMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO MUNICÍPIO**

Em Alvarães segundo o Plano Diretor do município, data do ano de 1989 o primeiro projeto com objetivo de garantir a educação escolar aos sujeitos do campo. Tal projeto era considerado como núcleos rurais onde funcionavam as escolas de classes multisseriadas. Para o Plano Municipal de Ensino de Alvarães (2015), em 1989 é implantado o sistema municipal de transporte escolar, deslocando alunos da zona rural para cidade. Com o advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/FUNDEF, o transporte municipal é intensificado.

Contudo, a prioridade da educação pública municipal passa ser a educação urbana. O que se materializa a fala de Arroyo, Caldart e Molina (2004) quando sinalizam que a educação dos sujeitos do campo historicamente foi tratada pelo Estado como um resíduo do sistema educacional brasileiro. O que na verdade as preocupações com a educação do campo não eram mais que a busca de alternativas para os problemas relacionados ao êxodo rural, como o crescimento das favelas, as doenças causadas pela falta de saneamento básico e violência [...] (SOUZA, 2014, p.105).

O artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propõem medidas de adequações à vida no campo. O inciso II estabelece que a educação deva possuir uma organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas, inclusive, na tentativa de evidenciar as singularidades do município já foi discutido no corpo deste artigo o calendário de trabalho do campo; o III sinaliza que a educação deve ser adequada à natureza do trabalho agrícola na zona rural.

Considerando a Lei de Diretrizes da Educação Nacional como uma política pública efetivada (BORGES, 2017); no qual possibilitou avanços para construir o Plano Municipal de Educação, e, considerando a Resolução nº 2, de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas, o Plano Municipal de Ensino - PME /2015 sinaliza suas metas e estratégias para a Educação do Campo no município, destaca-se neste artigo as Metas II, VII.

**Meta (2)**

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

1. **Erradicar,** gradativamente, **as classes multisseriadas** do ensino fundamental. **(Grifo meu**).

**Meta (7)**

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir até o fim deste plano a seguinte média nacional para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica IDEB: 5,2 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

1. **Garantir transporte gratuito** para todos **(as) os (as) estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória,** mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, em regime de colaboração com a União e o Estado, visando a **reduzir a evasão escolar** **e o tempo médio de deslocamento** a partir de cada situação local. **(Grifo meu).**

É relevante destacar que se discute uma educação do campo que esteja ancorada a realidade dos sujeitos que é refletida pelos modos e costumes demandados pela comunidade, e que tem o trabalho como categoria fundante, segundo Borges (2012, p. 213) a Educação do Campo não é uma simples ação pedagógica, e sim um conjunto de ações que envolvem a participação popular e volta-se para a construção coletiva de uma sociedade, a autora continua e afirma que a Educação do Campo compreende que a escola pode contribuir com a formação dos sujeitos que vêm constituindo o campo.

Logo, as escolas multisseriadas oportunizam as populações camponesas terem acesso à escolarização no lugar em que vivem em sua própria comunidade, fator que segundo Hage (2017) poderia contribuir para a permanência dos sujeitos no campo, contudo, ao erradicar as classes multisseriadas, se contribui na verdade para o esvaziamento do território, a migração campo cidade, e acima de tudo o aumento do exército de reserva nas cidades, o que colabora para a ruptura do trabalho como princípio educativo, visto que para Caldart (2008, p.8) defendemos o trabalho como base principal do projeto educativo da escola e que se vinculem os conhecimentos escolares ao mundo do trabalho e da cultura por ele produzida.

Para Arroyo (1999, p. 37) a função da escola não é só saber ler e escrever. A função da escola é mais do que isso. É socializar, trabalhar o tempo, o espaço, é trabalhar a produção, os rituais, os valores, a cultura; assim, a erradicação das escolas de classes multisseriadas é na verdade uma estratégia que se contrapõe ao projeto de educação popular no qual ocorre em detrimento dos interesses do capital decorrente a um projeto educacional burguês que exclui e precariza a educação dos camponeses.

Precarização decorrente do processo de reestruturação do Capital, uma vez que o importante não é o ser, e sim o mercado visto à parceria público-privado existente no transporte escolar dos alunos. Tal processo se materializa com o programa Caminho da Escola que tem como objetivo renovar, padronizar e ampliar a frota de veículos escolares das redes municipal, do Distrito federal e estadual de educação básica, voltados a estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas, importa-se destacar que uma das formas dos entes federados adquirirem veículos do programa Caminhos da Escola, se faz por meio de linha de crédito com o banco BNDES, destaca-se que não é objetivo aprofundar sobre está discussão, contudo, explaná-la em breves linhas se fez necessário, visto que um dos objetivos possíveis de erradicar as classe multisseriadas é mais uma das facetas do modo de produção capitalista.

O resultado que se tem obtido é a redução das escolas Multisseriadas nas comunidades do município de Alvarães, conforme sinaliza o PME – 2015. Pois, se comparado o primeiro ano que é de 2008 e o último ano, totalizam aproximadamente 24 escolas extintas, em ritmo acelerado. Os dados do Educa – Censo, no ano de 2016, evidencia 11 escolas municipais que se situam as margens dos rios e lagos de Alvarães paralisadas pelo poder público, contrapondo-se a oferta de “Educação Básica que viabilize a permanência das populações rurais no campo” (BRASIL, 2013, p.288).

**CONSIDERAÇÕES**

O texto sinalizou sobre os aspectos produtivos e educacionais de um dos campos do território amazônico, cujo cenário, é o município de Alvarães. O trabalho dos sujeitos está diretamente vinculado com a terra e com as águas. Os modos e costumes, os instrumentos de trabalhos, a cultura de plantar e colher é conduzida pelo percurso da natureza, tradições que ainda podem ser observadas no campo.

O sujeito, ora lida com as diversidades decorrentes das singularidades da região e ora lida com as adversidades perpetuadas pelo modo de produção capitalista que avassala o cotidiano do camponês, com os reflexos na precarização do trabalho que se materializa pela inexistência de políticas públicas de escoamentos de suas produções e de educação que dialogue com a realidade do trabalhador.

O campo produz e é da agricultura familiar camponesa o sustento de milhões de brasileiros, contudo, é o campo dos sujeitos que retiram o necessário para a sua existência e este sujeito, não interessa a lógica do mercado. E quando interessa, é com objetivo de formar exército de reserva, reduzindo o campo a um território vazio, propício a concentração e monopólio da propriedade privada.

A precarização das escolas de classe multisseriadas, se dá pelo fato de que a educação escolar do trabalhador, não é relevante para o projeto de sociedade burguês, deste modo, a nucleação das escolas, ocasionada em detrimento da erradicação das escolas multisseriadas, na verdade é uma das formas de barateamento da educação no qual abre espaço para a chegada da parceria público privado nos campos da Amazônia. A pesquisa não finda, análises relevantes partindo do campo, como um espaço de lutas e conquistas virá. A Educação do Campo é uma conquista das lutas dos movimentos sociais do campo, é também, uma luta de quem se identifica a pesquisar, e dialoga, não é fazer só por fazer, não é o discurso pelo discurso e a “crítica pela crítica”, mas a compreensão do sentido de classe.

**REFERENCIAS**

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 – Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

Uchôa, Iraci Carvalho Uchôa. Caderno de Campo, nos percursos Manaus/ Alvarães e Purus, primeiro semestre de 2016, inédito.

ARROYO, G Miguel; FERNANDES, Bernardo Mançano. Por Uma Educação Básica do Campo: a educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: 1999.

BORGES, Heloisa da Silva et al. Políticas da educação do campo: Diretrizes e Resoluções da Educação Básica na Escola do Campo. 2017.

## CALDART, Salete Roseli, et al. Projeto popular e escolas do campo: Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília, DF: 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de; COSTA, Francisco de Assis. Agricultura Camponesa. In: Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular. 2012 p.28.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Agroindústria. In: Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular. 2012 p.75

## FRAXE, Therezinha de Jesus. Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: Reggo Edições, 2011.

## FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. Os Amazônidas contam sua historia: Território, povos e populações. In: Scherer, Elenise; Oliveira, José Aldemir de. Amazônia: território, povos tradicionais e ambientes. Manaus: EDUA, 2009.

GONSALVES, Carlos Walter Porto. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2001.p.9.

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma Seriado nas Escolas do Campo.

## KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 2ºed.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9394/96.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2007.3º ed.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Sundermann, 2007.

MEIRELLES, A. Cruz. Trabalho e educação do/no campo: agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica. In: Mourão, Arminda; Borges Heloísa (Orgs). Trabalho e Educação do/no Campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica. Manaus: EDUA, 2014.

## MOLINA, Mônica Ciarelli, et al. Por Uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um projeto de educação no campo. São Paulo: SP 2002.

PERIOTO Dominique Michèle; Toná, Perioto Guhur Nilciney. Agroecologia. In: Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular. 2012 p. 65.

SCHWADE, Maurício Adu; SCHWADE, Mayá Regina Muller. Agricultores familiares na Amazônia: Quem são? In: Mourão, Arminda; Borges Heloísa (Orgs). Trabalho e Educação do/no Campo: Agricultura familiar, agroecologia e alfabetização ecológica. Manaus: EDUA, 2014.

WITKOSKI, Antônio Carlos. Terras florestas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume, 2010.

1. Canoa utilizada como meio de transporte no Médio Rio Solimões. [↑](#footnote-ref-1)
2. Categoria de sujeitos descritos pelos ribeirinhos como povos marginalizados que usurpam seus instrumentos de trabalhos e saqueiam suas plantações. [↑](#footnote-ref-2)